

Segurança e democracia são excludentes?

A desocupação da Reitoria da USP, levada a cabo na madrugada de terça-feira, 8/11, por enorme aparato da Polícia Militar, verdadeira “operação de guerra”, reitera e explicita o autoritarismo da gestão Rodas.

Pode-se não concordar com a ocupação da Reitoria por estudantes. Mas não se pode aceitar que os conflitos, dentro de uma universidade que deveria dar exemplo de democracia, sejam resolvidos sempre pela mão pesada da tropa de choque, quando não pela via opressiva dos processos criminais e das sindicâncias utilizadas para perseguir e sufocar as vozes dissonantes.

A Reitoria, o governo estadual e parte da mídia buscaram enquadrar os estudantes, em estereótipos: “delinquentes”, “vagabundos”, “filhinhos de papai”, “maconheiros”.

Reflexão

Desde 27 de outubro de 2011 muito se tem falado sobre a presença da Polícia Militar no campus do Butantã; pouco sobre segurança. Muito se tem falado sobre as ocupações do prédio da Administração da FFLCH e da Reitoria; pouco sobre as diferenças entre as duas ações.

A questão da segurança no campus não pode, simplesmente, ser reduzida a um plebiscito: sim ou não à presença da Polícia Militar. Ela merece uma reflexão mais profunda. Segurança e democracia são necessariamente excludentes? A AduSP acredita que não.



Daniel Garcia

Protesto dos estudantes após a desocupação da Reitoria, em 8/11

Diante da comoção causada pelo assassinato de um estudante no campus Butantã, em maio último, seria de se esperar que todos desejássemos medidas imediatas, capazes de impedir que novas tragédias viessem a ocorrer. A resposta dada pela Reitoria, de firmar o convênio que trouxe a PM cotidianamente para o campus, não é, a nosso ver, nem a melhor nem a única resposta às nossas necessidades de maior segurança.

Enquanto instituição de caráter educacional, a USP tem o dever de ser exemplar no que se refere à questão da segurança, entre outras tantas. A Guarda Universitária, assim como outros setores essenciais à Universidade, não deveria delegar parte de suas funções a funcionários terceirizados, como ocorre atualmente. Deveria, isto sim, ser

ampliada, sempre por funcionários concursados, com forte vínculo com a instituição, integrantes da comunidade de cuja segurança estarão ocupados, preparados para lidar com a diversidade tão própria da Universidade.

Diálogo onde?

A Guarda Universitária deveria contar com um efetivo feminino, para lidar com casos específicos de violência contra a mulher. Deveria priorizar a prevenção e não a repressão. Se a Guarda deve ou não ser armada; em que circunstâncias a Polícia deve ser chamada a intervir — são aspectos importantes, que precisam ser debatidos cuidadosamente pela comunidade.

Meses depois do assassinato de Felipe Ramos de Paiva, a iluminação do campus em nada mudou! No entanto, a iluminação adequada de to-

do o campus é uma medida básica de segurança, assim como a melhoria do sistema de transporte interno, que à noite se torna precário. O aumento da frota dos ônibus circulares e da extensão do seu trajeto, para chegar à Estação Butantã do Metrô, deveria ser prioridade.

Nada disso ocorreu: nem as ações óbvias, nem o debate das questões sensíveis e complexas.

Rodas prometeu “diálogo”. Mas o atual convênio sequer foi discutido com o Conselho Universitário (Co), muito menos com representantes de estudantes, funcionários e docentes. Firmado há apenas 60 dias, já mostra seu potencial de conflito, levantando com mais vigor a necessidade da discussão ampla com a comunidade sobre sua adequação. Se não, vejamos.

O pretexto para ampliar a presença da PM no campus era impedir novos roubos e violências. Mas o incidente que terminou por deflagrar a ocupação de prédios foi a tentativa de policiais militares de conduzir a uma delegacia estudantes que estariam consumindo maconha em um carro no estacionamento da FFLCH.

Estudantes reunidos em assembleia dirigida pela diretoria do DCE Livre da USP deliberaram ocupar o prédio da administração da FFLCH. A diretoria do DCE defendia outra proposta, mas acatou a decisão da assembleia, que foi legítima, tomada na instância apropriada e dentro de um processo democrático. O que não significa, da nossa parte, concordância com tal decisão: uma coisa é reconhecer como legítima determinada ação do movimento estudantil; outra, bastante diferente, é concordar com ela ou considerá-la adequada ao momento.

A decisão tomada pela assembleia estudantil, num contexto de crescente indignação, pode ser questionada mas não deslegitimada, tendo trazido à tona a necessidade de uma discussão mais ampla sobre o tema da segurança e sobre as condutas do reitor.

No entanto, a ocupação da Reitoria, que teve início na madrugada de 2/11, fugiu a esses parâmetros. Reunidos em assembleia na véspera, cerca de 1.000 estu-

continuação da capa

Assembleia de 9/11 critica truculência da Reitoria e convênio com a PM

Daniel Garcia

dantes deliberaram, majoritariamente, pela desocupação da FFLCH. Grupos minoritários insatisfeitos com esse desfecho decidiram ocupar a Reitoria, atitude que careceu da legitimidade necessária, qualquer que seja o julgamento de mérito da ação em si.

Apesar de tais considerações, a Adusp sempre defendeu a solução do conflito por meio do diálogo e da sensatez, rechaçando a perspectiva de desocupação violenta, com uso da tropa de choque da PM, como veio a ocorrer.

O *modus operandi* da PM, dentro ou fora da USP, não indica que ela esteja efetivamente preparada e orientada para atuar na perspectiva da garantia dos direitos de cidadania e do respeito para com a pessoa humana, como seria de se almejar. Muito pelo contrário.

É preciso que a Reitoria entenda a necessidade de diálogo constante e efetivo com as entidades representativas de docentes, estudantes e funcionários. Não basta fazer reuniões com Adusp, Sintusp ou DCE. É preciso que delas resultem propostas e encaminhamentos para os muitos problemas que afetam a vida universitária. É preciso ouvir. É preciso dar continuidade e consequência aos processos de negociação que são iniciados.

A Reitoria não pode, unilateralmente, tomar decisões que afetam a vida daqueles que trabalham e estudam na USP, especialmente sobre tema tão delicado quanto a segurança no campus do Butantã. A questão precisa urgentemente ser debatida pela comunidade e os procedimentos a serem adotados devem emergir de tal debate. Sob pena de se multiplicarem os conflitos, com consequências imprevisíveis.

“A USP há de ter, para o problema da segurança, respostas mais interessantes, sensíveis e inteligentes do que a polícia”. A declaração da professora Maria Luisa Schmidt (IP), primeira a se manifestar na assembleia da Adusp de 9/11, antecipou boa parte do que se discutiria naquela noite, na presença de jornalistas de mídia impressa e de TV e de muitos estudantes.

A assembleia aprovou a participação da Adusp no ato a ser realizado no dia seguinte pelos estudantes — tendo como eixos “Democracia na USP, já!”, “Segurança Sim, PM Não!”, “Contra a criminalização dos movimentos sociais!” — e a solicitação de audiências com o reitor e com o governador do Estado (**vide deliberações ao final**).

O professor Henrique Carneiro (FFLCH) propôs que, para além das respostas imediatas à crise, seja organizado, em 2012, seminário com a finalidade de abrir um debate público sobre três grandes questões: 1) segurança: os problemas com a PM, a militarização da administração pública; 2) a estrutura de poder da USP; 3) a política de drogas. Na visão do professor, a PM comporta-se no campus como uma “patrulha de costumes talibã”. Ele criticou os métodos de uma parcela do movimento estudantil, a seu ver equivocados, como o arrombamento de portas, exibido na TV.

Também a professora Marina Melo e Silva (FFLCH), sem deixar de criticar a operação policial, protestou contra certas práticas, violentas, de setores dos estudantes. “Picharam várias portas e o corredor, na minha escreveram ‘PM’ no lu-

gar do meu nome”, disse ela, questionando as finalidades desse tipo de ação.

Illegalidades

“A ação de reintegração foi em si um ato político”, avaliou o professor Jorge Souto Maior (FD). “A solução deveria ser o diálogo”. Para ele, a operação da PM não se limitou a desocupar a Reitoria: “Foi uma demonstração de força e poder, para criminalização do movimento social com eliminação do diálogo”. No entanto, advertiu, o efeito foi diverso do pretendido: “A Universidade acordou”.

Os professores Otaviano Helene (IF) e Pablo Ortelado (EACH) consideraram muito grave a invasão do campus pela PM. “Foi fora de proporção”, afirmou Otaviano, que refutou o discurso do governador de intervenção em defesa da legalidade: “Nenhum reitor pensou em pedir reintegração de posse nos prédios ocupados pelas fundações”, disse, recebendo aplausos. Ele elencou inúmeras ilegalidades cometidas pela USP, e citou o caso do aluno Samuel de Souza, que acabou falecendo dentro do campus, em 2010, por falta de atendimento médico.

“Fomos fortemente agredidos”, declarou Pablo, para quem a apreensão dos três alunos que consumiam maconha “foi a gota d’água” num processo de militarização do cotidiano, com a realização até mesmo de batidas



Docentes votam após debate, na presença de jornalistas

policiais na porta de bibliotecas das unidades. “A gente precisa dar uma resposta efetiva, do contrário vamos conviver com um cotidiano militarizado daqui para a frente. Este é o recado que nos foi dado em 2009 e agora”.

O professor Ciro Correia (IGe) chamou a atenção para o fato de que, ao contrário de 2009, desta vez a ação da PM não causou maior indignação entre os docentes e na sociedade. “A ocupação da Reitoria atrapalhou o movimento”, disse. E alertou: “O ato de amanhã (10/11) é crítico, não pode ter deslizes”.

Decisões

A Assembleia de 9/11 tomou as seguintes deliberações:

1. Realizar Ato Público no Largo São Francisco em 10/11 às 15 horas, convocado pela Adusp, DCE, ANEL e Sintusp, tendo como eixos “Democracia na USP, já!”, “Segurança Sim, PM Não!”, “Contra a Criminalização dos Movimentos Sociais!”;
2. Solicitar audiência ao reitor, para tratar da ques-

tão da segurança na USP e manifestar nosso repúdio à ação da PM no campus;

3. Realizar debate “Segurança e Democracia”, com DCE e Sintusp, para discutir propostas de segurança no campus que respeitem os direitos de cidadania;

4. Solicitar audiência ao governador do Estado, na qual entregaremos uma Carta Aberta ao Governador, repudiando as ações policiais na USP;

5. Acionar mecanismos como Ouvidoria da PM, Condepe etc. para investigar e denunciar violações de direitos humanos ocorridas no processo de reintegração de posse do prédio da Reitoria; criar um Observatório de Direitos Humanos na USP;

6. Discutir a abertura da Universidade à população e sua inserção na cidade;

7. Envidar esforços políticos para que sejam anistiados estudantes, professores e funcionários técnico-administrativos que tenham sido processados e/ou punidos por participarem de ações políticas na USP.

Adusp convoca ato mas vê prejudicada sua participação

Cumprindo deliberação da assembleia realizada em 9/11/11, a Adusp organizou e convocou, em conjunto com DCE, ANEL e Sintusp, ato no Largo São Francisco. Os eixos do ato: Democracia na USP, já; Segurança sim, PM, não!; Contra a criminalização dos movimentos sociais.

No fim da manhã de 10/11, fomos informados de que o Comando de Greve dos estudantes, reunido na noite do dia 9/11, após o encerramento da assembleia dos professores, havia decidido sair do Largo São Francisco, fazer uma passeata pelo centro, retornando para realizar o ato e, na sequência, uma assembleia estudantil. Em função disso, a Adusp tomou a iniciativa de se reunir com as entidades responsáveis pelo ato, no início da tarde, tendo por objetivo discutir os detalhes de sua organização.

Ponderamos aos estudantes que essa decisão deveria ter o caráter de um indicativo para as entidades que convocavam o ato, devendo ser estabeleci-

do um programa consensual. Alertamos que já havíamos feito o convite para o ato às 15 horas e sugerimos que essa atividade fosse a inicial, o que permitiria, após a sua conclusão, que cada entidade desse andamento à agenda que considerasse adequada. Esse entendimento acabou por ser acertado entre os presentes, sendo então definida a ordem de manifestação de entidades, personalidades e convidados de cada entidade durante o ato e o tempo das falas. Ficou também acertado que caberia ao DCE a condução do evento.

Essa organização tinha por objetivo garantir não só que o ato transcorresse com tranquilidade, mas também que houvesse tempo para a passe-



Passeata que antecedeu o ato

ata e para a assembleia dos estudantes, em seguida.

Desrespeito

A concentração no Largo São Francisco transcorreu a

partir das 14 horas e, em função de atrasos para chegada dos ônibus e dificuldades para estacionar o carro de som, o ato teria início apenas por volta das 17 horas. Durante a concentração, os representantes da Adusp foram informados de que o acordo sobre a organização previamente estabelecido não teria condições de ser honrado diante das pressões de outros setores, ligados a parte das entidades que o convocaram. Estava posto que a passeata sairia em primeiro lugar, ao encontro de uma ocupação do MTST.

Diante do potencial de conflito e de desvirtuamento do que havia sido apresentado e aprovado na Assembleia da Adusp, deixamos claro que não concordávamos com essa atitude e com a mudança da programação. A Adusp, então, subiu ao carro de som para informar aos participantes que não acompanharia a passeata, mas aguardaria o retorno dos manifestantes

ao Largo São Francisco para participar do ato.

Por volta das 19 horas, com o carro de som já tomado pelos protagonistas da mudança na programação, o ato tem início, com a fala de várias entidades, de muitos dos estudantes que haviam sido detidos em função da ocupação da Reitoria, entre outros. Embora a representação da Adusp ali permanecesse presente, a entidade não foi sequer convidada a retornar ao carro de som. Talvez já não mais fosse o caso de fazê-lo para não compactuar com o ocorrido. No entanto, é preciso fazer esse registro para que situações como esta não mais tenham espaço entre aqueles que efetivamente lutam pela defesa e pela vigência da democracia.

Embora reconhecendo que os estudantes, em greve, são os protagonistas desse movimento, o desrespeito aos acordos negociados gera crise de confiança e ameaça a nossa capacidade de ação conjunta.

Curso de Marketing da EACH

A série sobre os novos cursos da USP prossegue nesta edição com um texto sobre o curso de Marketing da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), que nos foi enviado pelo professor Sérgio Feliciano Crispim, seu coordenador.

*

O curso de Marketing da EACH prepara os egressos para atuar na gestão de produtos, serviços e mercados de organizações privadas ou públicas, além de poderem atuar em pesquisa de marketing e gestão da comunicação integrada. O profissional poderá ainda tornar-se empreendedor de negócio próprio nos setores

industrial, comercial ou de serviços.

O curso de Marketing se propõe a formar profissionais com as seguintes características: 1ª) visão humanista e postura ética na condução dos negócios; 2ª) instrumentalização técnica na gestão de marketing, calcada em conhecimentos teóricos multidisciplinares, inclusive de base quantitativa; 3ª) compreensão de que o marketing é instrumento de inovação, transformação e desenvolvimento econômico e cultural da sociedade.

O curso está estruturado em quatro áreas: Gestão de Marketing; Gestão de Pesquisa; Gestão de Comunicação;

e Disciplinas de Apoio à Gestão, que incluem Administração, Economia, Finanças, Operações, Cálculo e Estatística, incluindo Técnicas de Análises Multivariadas. O aluno é estimulado a aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos na realização de trabalhos práticos ao longo de todo o curso, a partir da utilização de diferentes metodologias, como estudos de casos e trabalhos práticos.

Oportunidades

Além disso, o estudante deve realizar estágio obrigatório no último ano do curso, visando sua aproximação com o mercado de trabalho. Os professores incentivam os

alunos a participarem em projetos de iniciação científica com o objetivo de mantê-los mais próximos e alinhados com as pesquisas que estão desenvolvendo.

Há cada vez mais oportunidades para profissionais de Marketing, dada a intensa competitividade entre as empresas e a crescente importância do uso da filosofia de gestão focada na compreensão de desejos e necessidades dos consumidores. Neste sentido, além das organizações públicas e do terceiro setor, empresas privadas de médio e grande porte absorvem profissionais de marketing inovadores e tecnicamente preparados.

Embora novo, o curso de Marketing da EACH já conquistou imagem muito positiva no mercado de trabalho. Os estudantes do curso têm grande condição de serem empregados como prestadores de serviços. Eles têm sido absorvidos pelos vários segmentos — indústria, comércio (tradicional e *on line*) e serviços — para atuar nas áreas de Gestão, Vendas, Inteligência de Mercado, Pesquisa de Marketing, Comunicação Integrada e Consultoria de Marketing. Também possuem potencial como futuros empreendedores de negócio próprio.

Senado desatende familiares e aprova projeto da Comissão da Verdade sem emendas

O Senado Federal aprovou por unanimidade em 26/10, em regime de urgência e sem emendas, o projeto de lei da Câmara (PLC) 88/2011, que cria a Comissão Nacional da Verdade. A matéria deverá ser sancionada agora pela presidenta Dilma Rousseff, a quem caberá nomear os sete membros da nova Comissão.

Na audiência pública realizada em 18/10 na Comissão de Direitos Humanos, e na votação do relatório do senador Aloysio Nunes (PSDB) na Comissão de Constituição e Justiça, em 19/10, alguns senadores manifestaram a disposição de apresentar emendas ao projeto, atendendo a reivindicações das entidades

que representam familiares das vítimas da Ditadura Militar. No entanto, o governo se manteve intransigente e esses senadores recuaram na votação em plenário, desistindo de apresentar emendas.

A expressão Ditadura Militar sequer aparece no texto aprovado. O período a ser investigado é o “fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias” e não 1964-1985. Além disso, a Comissão tem como finalidade “promover a reconciliação nacional”, ao invés de fornecer subsídios para que o Ministério Público possa processar os agentes da Ditadura que praticaram atrocidades.

Os familiares das vítimas continuarão pressionando o

governo para que os militares e civis que, a serviço da Ditadura, sequestraram, torturaram e assassinaram opositores (e ocultaram corpos) sejam processados na forma da lei, a exemplo do que vem ocorrendo em outros países da América Latina, onde generais e até ex-presidentes foram encarcerados.

Na Argentina vários militares que atuaram na Escola de Mecânica da Marinha (ESMA, centro de detenção onde mais de 5 mil pessoas foram assassinadas) foram condenados a altas penas, inclusive prisão perpétua, caso do ex-capitão Alfredo Astiz. No Uruguai, o Senado revogou, por 16 votos a 15, a Lei da Caducidade, que determina a prescrição



Familiares de vítimas na audiência pública (18/10)

dos crimes ditatoriais; com isso, serão reabertos os processos contra militares envolvidos na repressão política.

A decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que declarou a nulidade da Lei da Anistia de 1979 no

tocante aos agentes da Ditadura (“autoanistia”, referendada pelo Supremo Tribunal Federal em 2010), está prestes a completar um ano, sem que o governo brasileiro tome medidas concretas para cumprir a sentença.

Confira a edição 51 da *Revista Adusp*

Já está disponível a edição 51 da *Revista Adusp*, desta vez com 126 páginas. A reportagem de capa aborda o domínio político do PSDB em São Paulo, onde esse partido completará, em 2014, vinte anos à frente do governo estadual. Em busca das razões que expliquem essa “longa hegemonia”, a *Revista Adusp* entrevistou os cientistas políticos Cláudio Couto (FGV) e Rachel Meneguello (Unicamp), conversou com diversos outros pesquisadores e colheu depoimentos de parlamentares, gestores, sindicalistas e populares. A edição traz reportagens sobre as políticas públicas *tucanas* de cultura, saúde, educação e transporte coletivo.

Outro destaque da edição é uma longa entrevista com o professor Ildo Sauer, diretor do Instituto de Eletrotécnica e Energia (IEE-USP) e ex-diretor de Gás e Energia

da Petrobras. Sauer critica impiedosamente, e sem economizar argumentos, os modelos adotados pelo governo federal para o setor elétrico e o setor do petróleo.

A *Revista Adusp* 51 publica, ainda, artigo do professor Adrián Fanjul (FFLCH-USP) intitulado “Resistências, omissões e vazios. Por que ‘passou’

a nova carreira docente?”. E reportagens sobre o *Endowment* da Escola Politécnica; sobre a situação confortável das fundações privadas ditas “de apoio” (que continuam no campus, ferindo o Termo de Ajustamento de Conduta que assinaram em 2007); e sobre a Comissão Nacional da Verdade, recém-aprovada no Con-

gresso, que nasce sem autonomia, fruto do deplorável pacto entre governo e militares.

A edição conta com belas ilustrações do cartunista José Nogueira Ohi e imagens de autoria dos repórteres-fotográficos Daniel Garcia, João Zanclear e outros. A versão eletrônica integral está disponível em www.adusp.org.br



Relatório de tesouraria trimestral - Junho a Agosto de 2011

mês	Saldo do fundo de reserva	Contribuição líquida dos associados	Salários e encargos	Despesas de comunicação	Despesas gerais restantes
Junho/11	R\$ 1.177.656,96	R\$ 187.335,45	R\$ 149.409,75	R\$ 50.524,35	R\$ 47.645,73
Julho/11	R\$ 1.142.451,24	R\$ 184.265,13	R\$ 158.582,32	R\$ 15.700,31	R\$ 72.018,79
Agosto/11	R\$ 1.078.800,31	R\$ 184.953,49	R\$ 177.291,69	R\$ 29.204,69	R\$ 61.379,32

A alteração nos padrões das despesas nesse trimestre deve-se ao processo de pagamento da ação do gatilho, que causou aumento de gastos nas rubricas “Salários e Encargos” (horas-extras e gratificação aos funcionários), “Despesas de Comunicação” (envio da documentação aos beneficiários) e “Despesas Gerais” (pagamento de perito contábil e outros materiais para produção da documentação). A rubrica “Salários e Encargos” também sofreu aumento em julho em função do pagamento da 1ª parcela do 13º salário.